

TRIBUNA SINDICAL

Jornal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI



Filiada à
Maio/Junho /2014 - Ano XIV, Nº 62

Distribuição gratuita

www.cnti.org.br



1º DE MAIO - DIA DE HOMENAGENS E DE LUTA DOS TRABALHADORES

A CNTI parabeniza todos os que lutaram e os que continuam na batalha por uma sociedade mais justa e solidária. A mobilização continua e vamos à luta até a vitória, destaca o presidente da CNTI e da NCST, José Calixto Ramos.

Pág 4



Encontro Regional sobre Política e Estado: análise e perspectiva sindical do Legislativo, do Executivo e do Judiciário em ano eleitoral.



LEIA TAMBÉM

■ Eleições 2014: sindicalista candidato deve se afastar até dia 5 de junho

Pág. 2

■ 28 de abril: Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho!

Pág. 3

GOVERNO, CENTRAIS SINDICAIS E EMPRESÁRIOS FAZEM PARCERIA PARA "TRABALHO DECENTE" NA COPA



Na ocasião, o presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, ressaltou a importância do momento e da negociação tripartite: vejo com satisfação o trabalho coordenado de forma a superar as divergências entre patrão, empregado e governo, antes essa aproximação não existia.



PRESIDENTE DO TST DEFENDE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Presidente do TST, Antonio Levenhagen, defende que os sindicatos têm o direito de retirar uma parte do salário do trabalhador brasileiro para arcar com as despesas da entidade de classe. Pág. 8

MARCO DA MINERAÇÃO EM DISCUSSÃO NA CÂMARA



Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, se compromete a tratar do Marco Regulatório da Mineração - PL 5807/13 no segundo semestre deste ano.

Pág. 2



Eleições Gerais

Veja a Palavra do Presidente na Página 3



Marcha das Centrais reúne 50 mil em São Paulo

A 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, organizada pelas seis maiores centrais sindicais do país, reuniu cerca de 50 mil trabalhadores em abril. Em pauta uma nova proposta de desenvolvimento nacional. Com o lema **"Por mais Direitos e Qualidade de Vida"**, as centrais pretendem sensibilizar o governo para a consolidação da "Agenda da Classe Trabalhadora", documento que reúne as principais reivindicações enumeradas pelas centrais.

O documento sugere a manutenção da política de valorização do salário mínimo; a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário; o fim do fator previdenciário; 10%



do PIB na educação; 10% do orçamento da União para a saúde; reforma agrária e agrícola; regulamentação das convenções 151 e 158 da OIT; entre outros.

Para o presidente da CNTI e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, as centrais sindicais brasileiras esperam e confiam numa nova

postura do Governo em relação às demandas dos trabalhadores. Porém, Calixto alerta que as entidades sindicais brasileiras estão unidas na defesa do trabalhador e que nada impede que, sendo ignoradas as demandas dos trabalhadores brasileiros, uma onda de protestos e greves poderá se intensificar em um ano de eleições e Copa do Mundo.

Eleições 2014: sindicalista candidato deve se afastar até dia 5 de junho

O dirigente sindical que pretende disputar as eleições deste ano deve se afastar da entidade a partir do dia 5 de junho (quatro meses) antes do pleito, cujo 1º turno de votação será no dia 5 de outubro (primeiro domingo do mês) e o 2º turno no dia 26 de outubro (último domingo do mês). Caso não se afaste da atuação em favor dos trabalhadores, o dirigente sindical pode se tornar inelegível. O afastamento

não é definitivo nem tampouco implica na renúncia do cargo ou da função na entidade sindical caso o dirigente não tenha seu nome aprovado nas convenções partidárias.

As regras constam da Lei Complementar 64/90, da Instrução 269-79 e da Resolução 23.390, de 21 de maio de 2013, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fixam as principais datas e eventos das eleições de 2014.

Marco da mineração em discussão na Câmara

Líderes sindicais com apoio do Departamento Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, constituído pelas entidades sindicais de trabalhadores dos setores extrativos mineral e vegetal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (DEPRONEX/CNTI) se reuniram em março, na presidência da Câmara dos Deputa-



dos, para tratar do Marco Regulatório da Mineração - PL 5807/13.

A reunião ocorreu com o presidente da Casa, Henrique Alves, que rece-

beu José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da Nova Central, Oniro da Silva Camilo, do DEPRONEX/CNTI e do Sindicato dos Mineiros de Butiá-RS, Rosival Ferreira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico - CNQ/CUT, João Trevisam, do Sindicato dos Trabalhadores da Extração Mineral de Minaçu, entre outros.

Henrique Alves se comprometeu a não colocar em pauta, antes do mês de novembro deste ano, a votação do Projeto de Lei em questão; permitindo com isso que os trabalhadores e a sociedade civil possam discutir e melhorar as alterações propostas.

Leia mais sobre o Marco Regulatório da Mineração na página 5.



Diretoria

José Calixto Ramos
Presidente

Aprígio Guimarães
Secretário Geral

José Francisco Filho
Secretário de Finanças

José Reginaldo Inácio
Secretário de Educação

Sônia Maria Zerino da Silva
Secretária para Assuntos de Trabalho, da Mulher, do Idoso e da Juventude

Secretário Regionais

Ricardo Alvarez Miranda
1ª Secretária da Região Norte

Marivaldo Nazareno Vieira da Silva
2ª Secretária da Região Norte

Raimundo Lopes Júnior
1ª Secretária da Região Nordeste

Pedro Ricardo Filho
2ª Secretária da Região Nordeste

Israel Ferreira de Torres
3ª Secretária da Região Nordeste

Nilton Teles dos Santos
1ª Secretária da Região Sudeste

Ozano Pereira da Silva
2ª Secretária da Região Sudeste

Cláudio Jesus Ferreira
3ª Secretária da Região Sudeste

Luiz Lopes de Lima
Secretaria da Região Centro-oeste

Nelson Luiz Bonardi
1ª Secretária da Região Sul

Idemar Antônio Martini
2ª Secretária da Região Sul

Ênio Klein
3ª Secretária da Região Sul

Suplentes da Diretoria:

Amauri Martins de Oliveira
Ronei de Lima

Elisabete Alves de Matos
Egbert José Klein

Sulamita R. da Silva Oliveira Rodrigues

Conselho Fiscal:

Nivaldo Parmejani
Wanilton Reis dos Santos
João Nadir Pires

Suplentes do Conselho Fiscal:

Lauro Queiroz Rabelo
José Adriano Jansen
Natanael Vitória Ferreira

Suplentes das Secretarias Regionais:

Antônio Acácio Moraes do Amaral
1ª Secretária da Região Norte

José Jacy Ribeiro Aires
2ª Secretária da Região da Região Norte

Fábio Dourado Gonçalves
1ª Secretária da Região Nordeste

Francisca Elói de Almeida
2ª Secretária da Região Nordeste

Alvino Aquino dos Santos
3ª Secretária da Região Nordeste

Romir da Motta
1ª Secretária da Região Sudeste

Natal Gomes Cardoso
2ª Secretária da Região Sudeste

Ismael Honório Bispo
3ª Secretária da Região Sudeste

José Roberto Silva
Secretaria da Região Centro-oeste

Alexandre Donizete Martins
1ª Secretária da Região Sul

Genoír José dos Santos
2ª Secretária da Região Sul

Luis Fernando Daudt
3ª Secretária da Região Sul

Representação Profissional e Internacional:

Abenor Silveira da Silva
Antonio Maltauro Faconi
Claudete Benedita de Azevedo
Eduardo Vasconcellos C. Annunzio
Elias Azevedo Fernandes
Flávio Washington Inácio de Souza
José Maria Soares
Luiz Ary Gin
Maria Deide dos Reis Alves
Raimundo Nonato de Araújo

Redação e Edição, Diagramação, Arte e Fotolito:

TC Gráfica e Editora LTDA
Impressão: TC Gráfica e Editora LTDA
Jornalista Responsável: Roberto Lemos - RP: 8705/DF
CNTI - Endereço: SEP/Norte, Quadra 505
Conjunto A
Brasília - DF - CEP: 70.730-540 -
PABX: (61) 3448.9900
Fax: (61) 3274.7001
Internet: www.cnti.org.br

Eleições Gerais

Aproxima-se o período das campanhas eleitorais e, em seguida, a votação. É, na verdade, um momento em que as cidadãs e os cidadãos brasileiros exercitam o seu direito de votar como forma de consolidar, cada vez mais, o regime e a consciência democrática que todos nós assumimos.

Será o momento que vamos ter o direito de escolher o mais elevado mandatário do país, os membros do Congresso Nacional (senadores e deputados federais), os governadores dos estados, do Distrito Federal, das Assembléias Legislativas e da Câmara Legislativa, em Brasília.

Novamente, está chegando a hora de apresentação dos can-

É nosso dever fazermos uma avaliação cautelosa, a fim de escolhermos quem demonstre melhores condições de representar e governar os anseios de uma sociedade inquieta com os destinos do país

didatos. É nosso dever fazermos uma avaliação cautelosa, a fim de escolhermos quem demonstre melhores condições de representar e governar os anseios de uma sociedade inquieta com os destinos do país.



É bom lembrar uma frase repetida muitas vezes pelo companheiro Moacyr Roberto, presidente da CONTRATUH e Secretário Geral da Nova Central: “o voto é uma promissória assinada em branco”.

Lembramos também a frase mais conhecida de toda sociedade brasileira, mas que é sempre

proferida por uma celebridade francesa, que, dentre os vários títulos que acumula, é conde e filósofo, chamado Joseph Marie Maistri, que diz o seguinte: “cada povo tem o governo que merece”.

Qualquer reflexão que fizermos recai sempre no significado das duas frases que citamos.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, seguindo o mesmo princípio da Nova Central Sindical de Trabalhadores, como instituição, não manifesta apoio ao candidato ou candidata, A, B, C ou D, isto porque trata-se de entidades ecléticas e o seu corpo é composto por companheiras e companheiros de várias correntes políticas, partidárias, ideológicas e cada um desses componentes gozam do direito de fazer a escolha de sua preferência.

O importante é que cumpramos com o nosso dever votando nas eleições de outubro de 2014.

José Calixto Ramos
Presidente da CNTI/NCST

28 de abril: Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho!

O dia 28 de abril marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho. Uma data de luta e reflexão. A iniciativa partiu de sindicatos canadenses em virtude de um acidente em uma mina no estado de Virgínia, Estados Unidos, que matou 78 trabalhadores em 1969. No Brasil, a data foi reconhecida pelo governo no ano de 2003. Já em 2005 foi promulgada a Lei 11.121 que instituiu o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), no mundo são 270 milhões de vítimas de acidentes e trabalho. Cento e sessenta milhões sofrem com doenças profissionais. Por dia, morrem 5 mil em acidentes de trabalho, são três vidas a cada minuto. No Brasil são quase 4 mil mortes por ano em decorrência de acidentes de trabalho. Esses números representaram uma verdadeira guerra contra os trabalhadores, fruto da ganância dos patrões e do descaso dos governos capitalistas.





1º de Maio - Dia de homenagens e de luta por conquistas dos trabalhadores

Neste ano, o 1º de Maio, 125 anos após aquele momento transformador do mundo do trabalho – veja quadro – a CNTI ressalta que muitas foram as conquistas e que muitos ainda são os desafios que o movimento sindical tem pela frente, no sentido de garantir emprego e relações humanas; jornada decente e salários dignos; saúde e segurança; respeito aos direitos; e qualidade de vida para aqueles que produzem a riqueza do país em benefício de toda a sociedade.

“Os avanços registrados nos indicadores sociais e econômicos dos últimos anos revelam que é possível combinar crescimento econômico com desenvolvimento social. As centrais sindicais, em especial a Nova Central e suas entidades estaduais, confederações, federações e sindicatos filiados, convocam o movimento sindical a refletir e a reforçar seu compromisso com a melhoria das relações do trabalho e da qualidade de vida da classe trabalhadora. A CNTI parabeniza todos os que lutaram e os que continuam na batalha por uma sociedade mais justa e solidária. A mo-



bilização continua e vamos à luta até a vitória!”, ressalta o presidente da CNTI e da NCST, José Calixto Ramos.

PAUTA TRABALHISTA

O movimento sindical realiza eventos em diversas cidades pelo país no sentido de reforçar as

Desde sua origem, em 1889, o Dia Mundial do Trabalho é uma data em homenagem aos milhares de trabalhadores que saíram às ruas de Chicago em greve geral, para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos - muitos deles presos, feridos e até mesmo mortos nos confrontos com a polícia -, mas também é um dia de reforçar a luta por respeito aos direitos e por ampliação das conquistas.



bandeiras de luta. A mobilização visa massificar a pauta trabalhista, a fim de pressionar o Governo a avançar em questões como redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário; fim do fator previdenciário; atualização da tabela do Imposto de Renda; mais recursos para saúde e educação; e combate às terceirizações, entre outras bandeiras específicas das categorias que representa.

Neste ano de eleições gerais e Copa do Mundo, a classe trabalhadora terá de se unir e concentrar esforços numa pauta mínima a ser reivindicada junto ao governo e ao Congresso Nacional. O ano será curto para uma pauta extensa. O governo vai tentar, de todas as formas, impedir a votação de proposições que aumentem os gastos da União.

FESTA DO TRABALHADOR

Aproximadamente 100 mil pessoas comemoraram o Dia do Trabalhador, em 1º de maio, no

Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Com o tema “Comunicação: o desafio do século”, as atividades do grande dia tiveram atos políticos e inter-religiosos, apresentação teatral e shows com artistas.

Em Goiânia, mais de 30 mil pessoas participaram das festividades organizadas pela Nova Central. A presença do grande público ao evento, que durou cerca de 14 horas, confirma a tradição da festa, que chegou à sua terceira edição. Mais de 400 pessoas buscaram os serviços no posto de saúde montado para aferir pressão e taxa de glicemia e receberam orientações. Cerca de 200 pessoas buscaram a tenda instalada para o corte de cabelos. A população também buscou orientação junto a OAB-GO para a emissão de documento de identidade na tenda dos órgãos públicos.

“O sucesso da festa se deve, primeiro, pela organização dos companheiros que estiveram à frente do evento; segundo, pela credibilidade da Nova Central; e terceiro pela simpatia que a Central irradia não só para os trabalhadores, mas para toda a sociedade”, parabenizou José Calixto Ramos, que esteve presente ao evento.



MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO

O que é isto?

Para que serve e para quem?

Um marco regulatório é um conjunto de leis e decisões que criam normas, deveres e direitos sobre uma atividade ou setor da economia. Comunicação, educação, saúde, energia etc. Temos marcos regulatórios em toda a sociedade. Na mineração não é diferente, mas as atuais leis e regras da mineração são de 1967 e precisam urgentemente de mudanças para garantir minérios para o consumo dos brasileiros em alimentação, habitação, transporte e comunicação e também para exportação, objetivando fazer orçamento para melhorias publicas.

Diante da situação da manipulação do Marco Regulatório da Mineração o que fazer?

A partir de uma iniciativa das entidades sindicais e sociais da mineração, foi apresentada a presidente Dilma, ao ministro Mercante e ao seu assessor especial Feijó, uma proposta de transferência para 2015 à decisão do novo Marco Regulatório da Mineração e que a mesma seja precedida da realização da Primeira Conferencia Nacional da Mineração Brasileira, a ser realizada em todo o Brasil, especialmente nas cidades que tem mineração, e que são mais de 2 mil as cidades com mineração formalizada e legal. Queremos fazer assim como é feito na saúde, educação, meio ambiente, cultura, mobilidade urbana, direitos humanos, agricultura e todas as áreas fundamentais da sociedade. Estamos no aguardo de uma reunião com o ministro Berzoini para tratativas e encaminhamentos.

Nem tudo são flores na mineração

Não podemos deixar de registrar que nem tudo é simples, fácil e limpo na mineração. Temos muitas riquezas e muitas ainda por descobrir, mas o modelo de sua exploração é velho, especialmente no tocante à sua lógica capitalista. Temos desde os desvios de recursos públicos, assim como em todas as áreas da economia, passando pelas péssimas condições de trabalho que mais acidentam, adoecem e matam no Brasil, até a destruição irresponsável do meio ambiente e, também, atingindo e destruindo as comunidades e cidades com suas culturas. Além de tudo isto, parlamentares de diversos partidos estão querendo, de qualquer forma e a qualquer custo que aconteça a votação do Projeto de Lei PL 5807 com intenções claras de busca de recursos nas empresas mineradoras para suas campanhas, usando o argumento que os estados e as cidades mineradas estão sendo prejudicadas.

E como é que está este marco?

Está a favor de quem?

Diante da pressão da sociedade e do mercado internacional ávido para ganhar dinheiro fácil, o governo elaborou uma proposta de Marco Regulatório da Mineração. Esta proposta está no Congresso Nacional, Projeto de Lei 5807, mas já sofreu muitas mudanças. Infelizmente, a proposta do governo, que era muito fraca para a sociedade, para os trabalhadores da mineração, para as comunidades atingidas e para o meio ambiente, ficou pior ainda. Os motivos são as mudanças impostas pelas empresas mineradoras aos seus deputados que, contraditoriamente, são os que a estão fazendo. A origem de estar ruim a proposta do Marco Regulatório da Mineração é que a mesma foi feita sem a participação da sociedade, em especial das cidades onde tem mineração. O que está valendo são somente os interesses dos investidores capitalistas. A sociedade, os trabalhadores, a cultura e o meio ambiente estão fora e mesmo assim tem muito político querendo qualquer marco em função do aumento dos royalties.

Mineração: O que é e para que serve?

■ Agricultura e Alimentação

Para plantar e produzir arroz, feijão, hortaliças, laranja, café, cana de açúcar e soja para fazer ração de bovinos, suínos e aves, é necessário ter um bom solo e para isto precisamos do uso de adubos e corretivos do solo. Os 3 mais importantes são os que produzem nitrogênio, fósforo e potássio e temos no Brasil as minerações de petróleo (N) fosfato (P) e de potássio (K).

■ Habitação e construções

Para construir uma casa, uma rodovia, um prédio para escola ou hospital e toda infraestrutura do Brasil, é preciso de muita mineração, pois o cimento é feito de calcário, o aço é feito de minério de ferro, a areia está nos rios, a brita nas pedreiras, o minério de cobre para os fios, o petróleo para os plásticos e barro para as cerâmicas e telhas. Para ter casa é preciso de mineração.

■ Telecomunicação

A grande maioria de nós, brasileiros, tem televisão em casa e um celular. Grande

parte tem notebook e computadores. Outros têm tablets e smartfones e outros têm telefone fixo em casa ou no trabalho. Você já parou para pensar de que é feito um celular? Você já viu um aberto com as placas e pequenos circuitos eletrônicos? Pois veja e notará que tudo é feito de metais, ligas e condutores a base de minerais. Um celular tem mais de 20 minerais diferentes. Notebooks e computador sofisticados têm mais ainda. Preste atenção e observe. No Brasil, produzimos todos estes bens minerais e muitos nós exportamos.

■ Transporte e logística

Para sair de casa e ir trabalhar, estudar ou passear você vai a pé, ou de bicicleta, ou de moto ou carro ou vai de transporte público. Ônibus ou metrô. E você já observou de que material é feito cada um destes equipamentos? Bicicleta, moto, carro, ônibus ou metrô. É tudo mineral, incluindo os plásticos que são de petróleo. Você sabia que tudo se encontra no solo brasileiro?

■ Riquezas e impostos

Para um governo quer seja federal, estadual ou municipal fazer obras, garantir educação e saúde, proporcionar habitação transporte e lazer para todos e de qualidade, ele precisa de muito dinheiro e uma boa administração. E onde é que ele arruma seus recursos financeiros? A maior parte vem de impostos que os cidadãos e empresas pagam e, também, das riquezas naturais do país. E aí entra a mineração. As empresas mineradoras pagam impostos, mesmo que poucos e ajudam a gerar o orçamento dos governos, especialmente nas cidades onde tem mineração. As prefeituras recebem a CFEM - Contribuição Financeira de Exploração Mineral. Você esta ligado neste recurso publico? Você sabe como uma boa administração publica usa estes recursos? Ele serve para usar em que nos municípios? Se liga!

ACÇÃO SINDICAL MINERAL
Parceria - CNTI/NCST + Ftiemg MG +
Ibeids + CUT/CNQ



Sindtêxtil promove 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Vestuário do PR

A sede social do Goioerê Clube de Campo foi palco do 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Indústria Têxtil, realizado pelo Sindtêxtil de Goioerê-PR, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Mais de 500 mulheres de várias regiões do estado, que são ligadas ao setor, participaram das palestras.

O evento contou com a



benção do Padre Ivan Luiz Walter, que enalteceu a homenagem ao dia da mulher. Participaram ainda da cerimônia Sônia Zerino, diretora da Secretaria da Mulher da CNTI, deputado federal Zeca Dirceu, vice-prefeito José Torres, presidente do Sindicato dos Bancários

de Goioerê José Antônio de Lima, vereadora Neide Sena, Elizabeth de Matos, presidente do SindCostura de Cianorte, Maria Leonora Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Apucarana e Cascavel.

Júlia Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Goioerê e Região, foi responsável pela organização e comemorou o sucesso do evento, destacou.

Encontro de Mulheres Trabalhadoras Parobeenses (RS)

A diretora da Secretaria da Mulher da CNTI, Sônia Maria Zerino da Silva, palestrou durante a programação da Semana da Mulher em Parobé (RS). A palestra trouxe para as trabalhadoras e a comunidade o tema "Igualdade e oportunidade". Também presente nas comemorações o presidente



do Sindicato dos Sapateiros de Parobé, João Nadir Pires e demais diretores.

O evento foi uma realização do Sindicato dos Sapateiros de Parobé, Coordenadoria da Mulher, Secretária de Educação e a Assembleia de Deus. Encerrando as programações alusivas ao dia 8 de março, ocorreu uma homenagem para as mulheres na Câmara de Vereadores.

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado do RN

Realizado no dia 26 de abril, o 7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias do Rio Grande do Norte contou com a participação de 135 trabalhadoras e dirigentes sindicais de todas as entidades que compõem a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do RN. Na programação foram ministradas palestras, exibidos vídeos, sorteio de brinde e apresentação cultural.

A atividade teve início com a apresentação da palestra "Saúde da mulher:

informação e prevenção" pela médica mastologista da Liga Norte Rio Grandense Contra o Câncer, Juliana Aguiar. Na sequência, "Programa Mulher Viver sem Violência", pela Secretária de Políticas Públicas para Mulheres do RN, Carmosita Nóbrega Bezerra.



O ciclo de palestras foi encerrado com a temática "Mulher no cenário político" proferida pela diretora da Secretaria da Mulher da CNTI, Sônia Maria Zerino da Silva. "A CNTI tem trabalhado o recorte de gênero por todo este país levando informações as mulheres trabalhadoras. Muito foi conquistado, mas precisamos avançar ainda mais. Não há como construir uma sociedade mais justa e igualitária sem continuar nossa luta."

Saúde da Trabalhadora foi o tema do 15º Encontro Estadual da Mulher da Fetiesc

Mais de 400 mulheres trabalhadoras de várias cidades de Santa Catarina participaram do 15º Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora da Fetiesc e CNTI, realizado no dia 23 de março. "Saúde da Mulher Trabalhadora" foi o tema do encontro deste ano, que contou com palestras, seguidas de debates, da advogada trabalhista Dilma Marchetti, da médica ginecologista Miriani Finilli, e da nutricionista Helouse Odebrecht. As deputadas estaduais Ângela Albino (PCdoB) e Luciane Carminatti (PT) e federal, Luci Choinacki (PT/SC) prestigiaram o evento. O



Teatro Biriba realizou apresentação para as mulheres, durante o evento.

Houve ainda o lançamento da quinta edição da revista Desperta Mulher, trazendo entrevistas com as principais lideranças do movimento feminino, entre elas, a ministra Eleonora Menicucci e representantes da União Brasileira de Mulheres e do Conselho dos Direitos da Mulher, em SC.

Mulheres da Indústria Piauiense participam de Encontro

A CNTI e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Piauí - FETIEPI - realizaram o 3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias no Piauí. Cerca de 150 pessoas, na sua maioria mulheres, participaram do encontro.

A psicóloga Débora Paula realizou a palestra de abertura do evento. Ela falou para os presentes sobre a mulher no trânsito. Em seguida, os presentes ouviram a palestra "A Mulher e a Organização Sindical", que foi proferida pela diretora da Secretaria da Mulher da CNTI, Sonia Zerino. Ela falou, também, sobre a "Participação da Mu-



lher na Política". No período da tarde, A Superintendente Regional do Trabalho, Paula Mazzulo, proferiu uma palestra com o tema: Igualdade de Oportunidade.

O presidente do FETIEPI, Fábio Dourado, considerou o encontro um sucesso, pelo fato de ter interesses para elevar o conhecimento da mulher na política e na organização sindical. Ele lembrou, ainda, que os governos municipal e estadual não tem uma política pública voltada para a mulher.

CNTI mais uma vez integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Tomaram posse, no dia 20 de maio, as novas representantes do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), para mandato de 2014 a 2017. O ato aconteceu durante a 16ª reunião do colegiado, no Hotel Grand Bittar, em Brasília. A condução dos

trabalhos foi feita pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Eleonora Menicucci, que preside o CNDM.

Mais uma vez a CNTI faz parte da composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, repre-

sentada pela Diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do



Idoso e da Juventude, Sônia Maria Zerino da Silva, com objetivo de contribuir para construção de mais políticas públicas que visem à qualidade de vida das mulheres brasileiras, e principalmente as questões do trabalho e autonomia econômica das mulheres.

O CNDM é vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e composto por representantes do governo, das entidades da sociedade civil e conselheiras de notório conhecimento das questões de gênero.

Encontros Regionais sobre Política e Estado

Pesquisa do perfil do (a) dirigente sindical, sua opinião e diagnóstico de sua percepção crítica e seu conhecimento acerca da realidade política e social; Cenário político nacional: o estado da economia e da popularidade governamental como determinantes no processo eleitoral; Condicionantes do perfil dominante dos políticos no espaço de poder; Poder e governo: limites do papel do Estado nessa relação; A participação do sindicalismo no processo eleitoral: desafios, consequências e perspectivas; O processo decisório nas estruturas de poder: a participação sindical como determinante para a realidade social.

Local: CETRI/GO – Centro de Treinamento do Industriário
Cidade: Goianira – GO
Data: 24 e 25 de abril de 2014

Com a presença do presidente da CNTI, José Calixto Ramos.
 Palestrantes: José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da CNTI), Prof^o Lúcio Rennó (Professor do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas da UnB – Universidade de Brasília) e Neuriberg Dias (Assessor Parlamentar do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Local: Auditório do Comfort Hotel
Cidade: Manaus – AM
Data: 05 e 06 de maio de 2014

Palestrantes: José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da CNTI), Prof^o Thiago Moreira da Silva (Professor do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas da UnB – Universidade de Brasília) e Neuriberg Dias (Assessor Parlamentar do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Local: Condor Hotel
Cidade: Curitiba – PR
Data: 13 e 14 de maio de 2014

Palestrantes: José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da CNTI), Prof^o Daniel Marcelino (Professor do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas da UnB – Universidade de Brasília) e Toninho - Antônio Augusto de Queiroz - (Diretor de Documentação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Local: Auditório da FETIPA – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará
Cidade: Belém – PA
Data: 07 e 08 de maio de 2014

Palestrantes: José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da CNTI), Prof^o André Bello de Sá R. Costa (Professor do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas da UnB – Universidade de Brasília) e André Luís dos Santos (Assessor Parlamentar do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Local: Hotel Colônia de Férias SINTRAHORTUH
Cidade: Caucaia – CE
Data: 09 e 10 de maio de 2014

Palestrantes: José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da CNTI), Prof^o Mathieu Turgeon (Professor do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas da UnB – Universidade de Brasília) e Neuriberg Dias (Assessor Parlamentar do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Encontro Regional sobre Política e Estado:
análise e perspectiva sindical do Legislativo, do Executivo e do Judiciário em ano eleitoral



24 de abril a 07 de junho de 2014



Data	Dias da semana	Local	Secretaria
24 e 25 de abril	quinta-feira e sexta-feira	Goianira - GO	Região Centro-Oeste
5 e 6 de maio	segunda-feira e terça-feira	Manaus - AM	1ª da Região Norte
7 e 8 de maio	quarta-feira e quinta-feira	Belém - PA	2ª Região Norte
9 e 10 de maio	sexta-feira e sábado	Caucaia - CE	1ª Região Nordeste
13 e 14 de maio	terça-feira e quarta-feira	Curitiba - PR	1ª Região Sul
16 e 17 de maio	sexta-feira e sábado	João Pessoa - PB	2ª Região Nordeste
19 e 20 de maio	segunda-feira e terça-feira	Belo Horizonte - MG	3ª Região Sudeste
23 e 24 de maio	sexta-feira e sábado	Rio de Janeiro - RJ	1ª Região Sudeste
29 e 30 de maio	quinta-feira e sexta-feira	Itapema - SC	2ª Região Sul
2 e 3 de junho	segunda-feira e terça-feira	São Paulo - SP	2ª Região Sudeste
4 e 5 de junho	quarta-feira e quinta-feira	Porto Alegre - RS	3ª Região Sul
6 e 7 de junho	sexta-feira e sábado	Recife - PE	3ª Região Nordeste

Salário mínimo será de R\$ 779,79 em 2015

O governo federal propôs que o salário mínimo, que serve de referência para mais de 45 milhões de pessoas no Brasil, suba dos atuais R\$ 724 para R\$ 779,79 a partir de janeiro de 2015. O percentual de correção do salário mínimo, pela proposta do governo, será de 7,71% no próximo ano.

A informação consta na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), divulgada em abril pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Pelas regras atuais, o ano de 2015

será o último no qual será adotada a atual fórmula de correção do salário mínimo, ou seja, variação da inflação do ano anterior e do PIB de dois anos antes. Isso foi definido pelo Congresso Nacional no início de 2011.

A LDO tem de ser aprovada pelo Legislativo até 30 de junho. Se não for aprovada nesse período, o Congresso não pode entrar em recesso em julho. A aprovação da LDO é a base para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser apreciada pelo Congresso Nacional até agosto.



Presidente do TST defende contribuição assistencial

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio Levenhagen, defende que os sindicatos têm o direito de retirar uma parte do salário do trabalhador brasileiro, mesmo que ele não seja filiado, para arcar com as despesas da entidade de classe. O ministro é a favor de que a contribuição assistencial volte a ser descontada uma vez por ano de todos os trabalhadores, independentemente da filiação sindical.

“Os sindicatos estão em polvorosa com esse precedente normativo. Se o acordo vale para todos, por que só o sindicalizado contribui e o outro traba-



lhador que vai receber os mesmos benefícios não contribui?”, questiona Levenhagen.

Atualmente, a norma do TST só permite que a contribuição assistencial seja descontada do empregado sindicalizado. Assim como o imposto sindical - descontado no contracheque

de março e equivalente à remuneração de um dia de trabalho -, a contribuição assistencial também está prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não há definição legal sobre o valor e a forma como ela é descontada do salário do trabalhador.

Ministério do Trabalho amplia fiscalização do FGTS

O Ministério do Trabalho e Emprego iniciou em todo país a utilização do novo sistema de fiscalização eletrônica do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “A

ferramenta tem como finalidade notificar, via sistema informatizado, as empresas potenciais devedoras do FGTS para que regularizem sua situação”, explicou o ministro Manoel Dias.

Com o novo sistema o ministério espera ampliar a abrangência da fiscalização e atingir um maior número de empresas fisca-



lizadas, aumentando assim a arrecadação do FGTS. Segundo o ministro, a nova ferramenta faz parte de um processo maior de modernização que está sendo implementado no Ministério do Trabalho em todo país, que passa pela reestruturação física das unidades de atendimento e também de sistemas.

Dirigentes avaliam mudanças após reconhecimento das centrais

O presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, ressaltou que a Lei 11.648/08 conferiu reconhecimento jurídico das centrais sindicais, porém, restringiu o diálogo com as entidades do sistema confederativo. A observação foi feita durante painel do II Congresso Internacional de Direito Sindical, no mês de abril em Fortaleza, quando dirigentes das centrais sindicais avaliaram os sete anos da Lei 11.648/08.

“Ao invés de ampliar o diálogo com os trabalhadores, houve uma tentativa de substituição, em razão do desprezo ao sistema confederativo, confirmado pela Constituição.



Embora o movimento sindical tenha ganhado com o reconhecimento das centrais num sentido macro, no critério da especificidade não houve o ganho que se esperava. Houve, ao contrário, uma certa fragilidade”, avaliou Calixto.

Comissão debate Desindustrialização na Indústria Nacional de Vestuário

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e Vestuário de Parobé/RS, João Nadir Pires, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, representando a CNTI. O tema foi desindustrialização no setor do vestuário no Brasil. Com o auxílio do Dieese, apresentou a atual situação não só do vestuário, incluindo fiação e tecelagem e calçados.

